

LIBERALISMO E MODERNIDADE EM TAVARES BASTOS

Ricardo Luiz de Souza*

Resumo: O texto faz uma análise da obra de Tavares Bastos, ressaltando as principais diretrizes que a nortearam. Um dos principais representantes do pensamento liberal durante o Império, o autor encarna e sintetiza as principais tendências e contradições desta ideologia, o que fica claro quando aborda a questão da escravidão, pregando um abolicionismo moderado e gradual e buscando resguardar os interesses escravistas. E, ao buscar um caminho para a modernidade que não coloque em risco os interesses das elites, propõe uma modernização ao mesmo tempo conservadora, elitista e autoritária.

Palavras chave: modernização, liberalismo, escravidão.

Abstract: The paper analyses the work of Tavares Bastos, focusing in it's guideliness. One of the most known liberal thinkers of the priod of the Brazilian Empirer, this author agroup and represent the tendencys and contradictions of liberal ideology. It is well seen when the aprouches the abolitionist issue, advoguing in favor of a gradual and moderate abitionism, that protect the escravagist interests. He also seeks a way to modernity that don 't endanger the social elits interests, proposing a conservative, elitist and authoritarian modernization of brasilian society.

Key Words: modernization, liberalism, slavery.

Escritor e político do Império, Tavares Bastos conseguiu conciliar, de forma orgânica, atividade intelectual e atividade política. Foi um político que organizou, coerentemente, sua atividade a partir de suas idéias e foi um intelectual que jamais deixou em segundo plano a praticidade destas mesmas idéias. Sua obra fez dele um dos principais representantes intelectuais do liberalismo brasileiro do tempo do império e, nela, encontramos a sistematização da ideologia liberal, com todas suas ambiguidades, limitações e contradições. Francisco Iglésias define-o bem: *Tavares Bastos não foi deputado comum, mas homem que tinha corpo orgânico de idéias,*

*Mestre em Sociologia e Doutorando em História pela UFMG. Professor da Facisa e Fundação Educacional Monsenhor Messias. E-mail: riclsouza@uol.com.br

fruto de observação da realidade, da experiência, do estudo de outros países e de muita leitura. Pode-se discutir muito do que escreveu, mas não se pode deixar de reconhecer que não era um improvisador, como é regra na política nacional (Iglésias, 1976:82). Estudá-lo, assim, é uma forma de tentar compreender como se deu a adoção do liberalismo no Brasil.

O agrarismo é a pedra angular de todo o sistema sócio-econômico do autor; da defesa da vocação agrária brasileira deriva sua crítica ao protecionismo, seu ceticismo quanto ao desenvolvimento econômico brasileiro e sua defesa dos interesses escravistas (ou da defesa destes interesses deriva seu agrarismo). De qualquer forma, ele pergunta e responde: *Qual é a indústria peculiar do Brasil senão a da agricultura? Aí está a terra fértil, que não exige processos complicados para reproduzir espantosamente e remunerar o trabalhador* (Bastos, 1977:239).

A política econômica de Tavares Bastos consiste na troca de produtos primários por tecidos, cereais, ferros, carvão, livros, professores, marinheiros, navios. Para ele, *esta é a política simples, a política dos tempos patriarcais, a política evangélica* (Bastos, 1938:295). O papel do Brasil no sistema mundial de comércio é, assim, rigidamente determinado pelo autor e, no rol dos produtos a serem importados, figuram não apenas produtos mas, também, homens e idéias.

O principal alvo das críticas de Tavares Bastos, segundo Moraes Filho, é a tarifa Alves Branco, decretada em 1844 e que tinha, como objetivo, *proteger os capitais nacionais já empregados dentro do País em alguma indústria fabril, e animar outros a procurarem igual destino* (Moraes Filho, 1980:20). Uma tarifa embasada em idéias, portanto, frontalmente contrárias às propostas pelo autor, feroz crítico de qualquer tipo de monopólio. E Tavares Bastos contradiz o argumento central que sustenta a tarifa: *Em primeiro lugar, eu sustento que nada concorre tanto para entorpecer uma indústria qualquer como o favor mortífero de um privilégio concedido aos consumidores de seus produtos* (Bastos, 1938:279).

O autor utiliza, ainda, um argumento literário para defender o que ele considera ser a vocação agrícola brasileira e defini-la como uma característica da identidade nacional: o poeta que, segundo ele, melhor soube exprimir tal identidade foi Gonçalves Dias, um autor que *fala-nos do mar por incidente nos seus cantos tão brasileiros e tão populares*, ao contrário de Camões, o poeta de um povo marítimo por excelência. Deste argumento, tira ele a conclusão: *O Brasil não é potência marítima. O brasileiro é essencialmente, ainda que não exclusivamente, agricultor. Consequência: a cabotagem privilegiada desvia capitais brasileiros para uma indústria necessariamente ruinosa para o brasileiro* (Bastos, 1938:237).

É possível constatar, neste trecho, algumas características básicas do pensamento do autor, tais como o agrarismo e a postura anti-nacionalista, mas é possível constatar, também, um traço fundamental deste pensamento: a análise, mesmo quando busca fundamento em argumentos literários e trata de um tema necessariamente abstrato como a identidade nacional expressa na obra de diferentes poetas, está sempre ligada a interesses concretos e caracteriza-se, neste sentido, pela imediatividade. Para Tavares Bastos, a teoria só tem utilidade quando diretamente ligada à prática vivida no cotidiano destes interesses.

A vocação agrícola cuja existência é defendida pelo autor é, contudo, uma vocação paradoxal: é a vocação de um povo incapaz de criar, de forma autônoma, uma agricultura nacional, e que necessita da ajuda de outros povos para aprender a exercer a agricultura e, aqui, entra o imigrante como elemento de desenvolvimento nacional e como uma espécie de instrutor do brasileiro. Referindo-se ao habitante da Amazônia, por exemplo, Bastos afirma: *Esse povo, ajudado pelo colono europeu ou pelo americano, aprenderia a arte da agricultura, afeiçãoar-se-ia à terra, abandonaria os hábitos da vida errante, engrandeceria o Estado e aumentaria as forças da nação* (Bastos, 1938:359).

Nômade, desgarrado da vida nacional e da atividade política, e vivendo em um estágio cultural e econômico anterior à agricultura, o amazonense deve ser incorporado à nacionalidade, mas esta não é uma tarefa que cabe primordialmente às elites nacionais (como caberia à elites realizar o mesmo processo de incorporação em relação ao sertanejo, na perspectiva que seria a de Euclides da Cunha) e, sim, ao imigrante, que transforma-se, na perspectiva de Tavares Bastos, em instrumento da unidade nacional.

Em Tavares Bastos, de qualquer forma, já ressoa a crítica à alienação cultural que daria o tom predominante à obra de autores como Sílvio Romero e Oliveira Viana. O povo, para ele, é o grande ausente da cultura brasileira: *Ora-se a propósito de tudo, menos a propósito do povo. Escreve-se a respeito de Roma e Grécia, de França e Inglaterra; mas não se escreve acerca do povo... Não se manda explorar o mundo em que vivemos, não se observam os entes que nos rodeiam, não se abrem inquéritos acerca da sorte do povo* (Bastos, 1938:121). O brasileiro é um bárbaro a ser introduzido na modernidade mesmo contra sua vontade, mas as elites são criticadas exatamente por ignorarem este bárbaro e criarem uma cultura que se torna artificial precisamente por conta desta exclusão. O pensamento de Tavares Bastos instaura uma dicotomia povo X elite, cultura letrada X realidade brasileira que encontraria largo eco

em autores contemporâneos a ele, e nomes como Alberto Torres e Euclides da Cunha surgem como os mais óbvios em meio a tantos outros.

O bárbaro é, também, o miserável: faz parte de uma miséria que não é vista das cidades- e Tavares Bastos, como Euclides o faria, critica as elites urbanas por ignorá-la-, mas que existe, o que o leva a conclamar: *Procurai os casebres; é a miséria. Estudai o baixo vulgo ignaro, descuidoso e degenerado no corpo, tanto como embrutecido na alma; é a miséria. Vêde o campônio selvagem, que pesca ou caça, joga, bebe e folia no intervalo; é a miséria. Não vos falo do escravo, trato somente dos homens livres, dos cidadãos deste país* (Bastos, 1938:243).

Ao mesmo tempo, a miséria, descrita de forma tão candente, transforma-se na *existência descuidosa do sertanejo indolente e pobre, mas satisfeito*, quando Tavares Bastos busca situar a vocação agrícola brasileira na própria identidade nacional. Para ele:

A agricultura era e é a missão especial do Brasil. O Brasil não é manufatureiro, não é fabricante. Digo mais: o brasileiro ama apaixonadamente a vida do campo, o seu rio natal, os seus lagos ainda selvagens mas encantadores, a existência descuidosa do sertanejo indolente e pobre, mas satisfeito ...O brasileiro que pode é agricultor; vai exercer a única profissão verdadeiramente nobre da terra (Bastos, 1938:268).

Se o brasileiro é miserável, ele é feliz assim, imerso em sua miséria, e tal miséria faz parte de um quadro social cuja alteração atentaria contra a própria identidade nacional expressa na vocação agrícola brasileira. A crítica do autor torna-se, no final das contas, inócua; aprofundá-la seria colocar em cheque os próprios fundamentos de sua obra.

O elogio da modernidade, feito por Tavares Bastos, toma a disseminação do ensino e o incentivo à imigração como pontos de partida:

Ampliado o primeiro ao adulto analfabeto para combatermos o elemento bárbaro que entre nós acampa e o que, diariamente acarretado pela imigração, se apodera das indústrias e apodrece no culto do bezerro de ouro, espalhando na sociedade os miasmas do materialismo brutal: eis assuntos sociais dignos por certo da solicitude de um grande partido (Bastos, 1939:151).

O elemento bárbaro a ser combatido é o próprio povo brasileiro, majoritariamente imerso, à época, no analfabetismo. O processo de modernização que o autor associa ao desenvolvimento do capitalismo deve dar-se apesar do povo brasileiro e, se for o caso, mesmo contra o que este considera como sendo seus reais interesses. Trata-se de um

processo de modernização autoritária, no qual o brasileiro é visto como um bárbaro a ser não consultado, mas educado e convertido.

O outro pólo é o imigrante- arauto e instrumento da modernidade, sim- mas um arauto e um instrumento potencialmente perigoso, capaz de introduzir e consolidar padrões sócio-culturais de desenvolvimento *materialistas*, ou seja, capazes de perturbar o domínio político, social e econômico das elites locais. Trata-se de um processo de modernização cujos efeitos e consequências devem ser passíveis de permanente controle.

O brasileiro é para ele, ainda, um inadaptado à liberdade. Segundo o autor, *a corrupção moral do país é um vício antigo. Nunca tivemos verdadeira educação moral e hábitos sérios de família* (Bastos, 1938:412). Desta crítica de fundo moral, ele tira duas conclusões de caráter político: sem uma tradição que a fundamente e manipulada por indivíduos que não foram educados para seu exercício, a liberdade transforma-se, no Brasil, em veículo para a depravação moral e pública e em instrumento para o despotismo. E o brasileiro livre é comparado ao liberto inexperiente para quem a carta de alforria torna-se uma calamidade. Desta forma, assim como o escravo, portanto, o brasileiro não está preparado para a liberdade e, ao chegar à esta conclusão, o liberalismo de Tavares Bastos anula-se a si próprio por falta de atores políticos que o implementem, já que o povo brasileiro é desqualificado pelo autor para exercer a liberdade política que é o pressuposto básico deste liberalismo, cabendo, às elites, implementá-lo enquanto esperam o povo adquirir a cidadania indispensável.

Inviabilizada a instauração da liberdade política, resta a liberdade econômica, esta sim passível de implantação imediata. Sem querer incorrer em anacronismos históricos inaceitáveis e respeitando-se toda a especificidade histórica do pensamento do autor, encontramos na dualidade liberalismo econômico X inviabilidade do liberalismo político uma receita que, no século seguinte, encontraria larga aceitação no Brasil e em outros países da América Latina, seguindo a trajetória do pensamento liberal sintetizada por Vianna: *Muito precocemente o liberalismo deixa patente sua notória ambiguidade de sempre no sucontinente: autoritarismo em política, pois na medida em que se mostrava incompatível com o mundo tal como ele era, a sua imposição fazia-se dependente de reformas 'por cima'; e liberal em economia* (Vianna, 1993:362).

Já é nítida em Tavares Bastos, desta forma, a dualidade civilização X barbárie que estruturaria as obras de Euclides da Cunha, Sarmiento e Sílvio Romero, por exemplo, mas, nele, tal dualidade surge sem as nuances e contradições que marcariam a obra destes autores e, neste sentido, uma análise comparativa entre ele e Sarmiento pode ser esclarecedora.

Escrevendo na Argentina do século XIX, país que chegou a presidir, Sarmiento define-se como liberal, mas tem dificuldade em alicerçar seu liberalismo em bases concretas, uma vez que *se as massas populares são menos aptas por ignorância, as classes cultas são piores ainda, pela má direção de suas falsas idéias* (Sarmiento, 1983:55).

Defensor de um regime elitista, Sarmiento é contraditório em relação às elites de seu país: se defende seu domínio, deplora suas qualidades e julga-as incapazes de governar. Tudo, para ele, termina por resumir-se a uma questão de educação política. Seu liberalismo- de resto como o de Tavares Bastos- é congenitamente contraditório: como instalar o liberalismo e a democracia em um país que ele mesmo proclama bárbaro? A solução, para ele, passa pela adoção do centralismo, condição, ainda, para a adoção da civilização, já que seus progressos acumulam-se em Buenos Aires (Sarmiento, 1938:35).

O projeto político de Sarmiento pode ser definido como uma mescla de liberalismo econômico (o modelo econômico proposto pelo autor baseia-se na exportação, no livre comércio e no investimento estrangeiro), centralização e autoritarismo político e a civilização, para ele, resume-se na influência européia e na adoção do modelo norte-americano, pelo qual ele reconhece seu fascínio (Sarmiento, 1983:92).

Gera-se, assim, um fascínio onde é nítida a influência de Tocqueville: fascínio, este, que funciona como antítese em relação à crítica permanente da colonização espanhola por ele empreendida., crítica que o leva a afirmar ser o medo um elemento básico na formação dos povos hispano-americanos, na medida em que tais povos são filhos da Inquisição e o terror, segundo ele, é um doença do ânimo que oprime suas vítimas: *No os riais, pues, pueblos hispanoamericanos al ver tanta degradación ! Mirad que sois españoles y la Inquisición educó así a la España ! Esta enfermedad la traemos en la sangre* (Sarmiento, 1952:138). Neste sentido, finalmente, a visita aos Estados Unidos, feita em 1847, foi fundamental em seu pensamento, deixando marcas que o orientariam a partir daí (Magis, 1993: vol. II., 86).

E Sarmiento, o apologista da modernidade, é um romântico na descrição ao mesmo tempo crítica e apaixonada da barbárie, sendo tal caráter comprovado pelo fato de seu nascimento e morte serem marcos que balizam todo o movimento romântico hispano-americano (Martini, 2001:861). E ainda, se em sua obra é constante a intenção de denunciar as arbitrariedades caudilhescas, nela temos, também, como que uma evocação romântica da força telúrica do gaúcho (Hale, 1996:136). Ao julgar e condenar um caudilho como Facundo, é a própria Argentina que

Sarmiento está colocando em julgamento, já que, em sua vida, *se revela la índole secreta de la Argentina bárbara* (Donghi, 1958:ix).

Todas estas contradições fazem com que Sarmiento reconheça, enfim, o artificialismo de seu próprio projeto liberal. Para ele, *criamos em vão Constituições escritas, que pressupõem um povo e um território preparado para torná-las efetivas* (Sarmiento, 1983:135).

Temos, assim, um liberalismo que reconhece sua própria derrota, e a contradição entre prática autoritária e ideário liberal que permeia toda a obra de Sarmiento termina sendo justificada por ele pela alegada impossibilidade deste concretizar-se e pela consequente necessidade de um paternalismo autoritário, já que *os povos na sua infância são crianças que nada prevêem, e é preciso que os homens de larga visão e alta compreensão lhes sirvam de pai* (Sarmiento, 1938:164).

De comum entre Sarmiento e Tavares Bastos há as contradições que marcam, em ambos, a tentativa de implantação do liberalismo em países que eles reconhecem inaptos à adotá-lo. De diferente, há a postura perante o atraso de suas respectivas nações. Ao mesmo tempo que prega a superação do atraso simbolizado pela figura de Facundo, Sarmiento deixa transparecer, ainda, seu fascínio pelo personagem Em Tavares Bastos há, apenas, o atraso a ser superado pela civilização. Para ele:

O vapor e a moeda levam hoje materializados o selo e o cunho das obras maravilhosas da civilização. São os primeiros instrumentos com que o espírito do século derruba as florestas primitivas da ignorância dos povos bárbaros: e assim como a foice e o machado desembaraçam o terreno que o arado irá aproveitar, assim os dois grandes instrumentos atuais do comércio abrem o caminho à palavra sagrada do sacerdote, à flama ardente do jornalista, às máximas severas do filósofo e às variadas combinações do estadista. Tal é a dura condição da natureza humana (Bastos, 1937b:391).

A dura condição da natureza humana é: os representantes do atraso (o povo brasileiro, em suma) ou adaptam-se à modernidade ou sucumbem.

As reformas estruturais propostas por Tavares Bastos abrangem temas que transcendem o imediatismo de uma reforma econômica e enfocam problemas básicos da sociedade brasileira, uma boa parte deles ainda prementes. Beiguelman lista-os: *miséria popular, analfabetismo, escravidão, irracionalidade administrativa, ausência de partidos de opinião, pequena produtividade da economia* (Beiguelman, 1976:163).

São temas abordados por ele ao longo de toda a sua obra e em

torno dos quais ele desenvolveu verdadeiras campanhas. O próprio Tavares Bastos lista seus objetivos: *melhoramentos morais ou materiais, a instrução do povo, a emancipação do escravo, o povoamento de nossos desertos pelo imigrante do norte do globo* (Bastos, 1937a:364).

Mitre e Quintaneiro listam, por sua vez, a partir de perspectiva bastante favorável ao autor, as principais campanhas nas quais este se engajou: *extinção do privilégio nacional de cabotagem, instalação de um telégrafo submarino e de uma linha de vapores ligando o Rio de Janeiro a Nova Iorque, gradual emancipação dos escravos, cumprimento efetivo da legislação que proibia o tráfico de escravos* (Mitre & Quintaneiro, 1987:84). Tal lista não é incorreta, mas escamoteia o conservadorismo de seu proponente. E não sublinha os interesses que sustentam tais campanhas, ao contrário do que Graham o faz, ao referir-se ao autor:

Embora sendo filho de um chefe político de Alagoas, tornou-se representante dos interesses cafeeiros e foi eleito para a Câmara dos Deputados imediatamente após a sua formatura. O seu primeiro objetivo foi a prosperidade do comércio cafeeiro...O que queria do governo era que este assumisse só aqueles serviços públicos que conduzissem à expansão das exportações. Empréstimos do estrangeiro só deveriam ser aceitos para serem usados nesses projetos. Pedia especificamente a instalação de comunicação marítimas diretas com o principal mercado cafeeiro do Brasil- os Estados Unidos -, com o auxílio de subsídios para uma linha de navegação marítima (Graham,1973:114).

Ao escrever a biografia de Mauá, Caldeira insinua motivos mais prosaicos para as campanhas de Tavares Bastos, aliás feroz adversário do barão. Após ressaltar a completa consonância entre as causas defendidas pelo autor e as defendidas pelo embaixador britânico William Dougall Christie (basicamente o fim do monopólio nacional para a navegação de cabotagem e a definição do estatuto jurídico dos escravos desembarcados após 1851), Caldeira lembra a busca de aliados nacionais por parte do embaixador, e assinala:

Não demorou muito para encontrar um, na figura de um jovem funcionário do Arsenal da Marinha- o qual, não se sabe como, encontrou muito dinheiro, que lhe permitiu se candidatar e obter uma vaga de deputado pelo Partido Liberal em Alagoas. Seu nome era Aureliano Cândido Tavares Bastos, e logo estava cheio de disposição para expor suas idéias progressistas pelo Correio Mercantil, um jornal ligado ao Partido Liberal do Rio de Janeiro (Caldeira, 1995:392).

Não é, contudo, uma acusação recente, já que Pedro II anotava, em seu diário, sua crença que os artigos do autor estavam sendo financiados por *interesses dos Estados Unidos* (Vieira, 1980:104).

A questão pedagógica é outra questão que tem importância fundamental na obra do autor, embora a ênfase dada por ele à expansão da rede escolar não fuja da vocação agrária à qual ele mantém o país atado. Para Tavares Bastos, *das escolas profissionais, são as agrícolas, sem dúvida, que mais precisamos* (Bastos, 1937a:234). Tal ênfase o leva, porém, a propor toda uma reforma educacional que caracteriza-se pelo anti-bacharelismo e pelo privilégio à matérias como física, química, mecânica, matemática e economia política ou, em suas palavras, *à aquisição de conhecimentos úteis, às ciências positivas* (Bastos, 1938:65). E como é comum em sua obra, Tavares Bastos parte de uma reforma de cunho prático para criar argumentos que demonstrem a necessidade de aperfeiçoamento racial e moral da nação. Assim, após propor toda uma reforma do ensino, ele traça os verdadeiros objetivos aos quais tal reforma se propõe: criar um ambiente propício ao imigrante proveniente das nações civilizadas. Segundo o autor:

Nada pode ser mais antipático ao estrangeiro do que o atraso moral de nossa população. Sem os emigrantes da Alemanha e da Grã-Bretanha, nunca o Brasil progredirá; é preciso que o sangue puro das raças do norte venham desenvolver e remoçar a nossa raça degenerada. Mas, entretanto, quantas vezes encontrais na maior parte das províncias uma família de estrangeiros? Eles desembarcam, observam e passam. Não há como fixá-los em uma terra sem costumes e sem luzes (Bastos, 1938:67).

A questão pedagógica atrela-se, também, à busca de uma solução para o destino do liberto e, aqui, Tavares Bastos ensaia uma solução que o abolicionismo radical de Joaquim Nabuco, do qual ele é o oposto em mais de um sentido, iria perfilhar. Desta forma, o autor defende *a escola para todos, para o filho do negro, para o próprio negro adulto* (Bastos, 1937a:256).

E também na educação, finalmente, o Estado deve evitar imiscuir-se. Para Tavares Bastos, *a liberdade, quero dizer, a ausência de ingerência do governo é, para mim, a lei suprema e a primeira necessidade da indústria que se chama instrução* (Bastos, 1938:96), só não explicando o autor como a universalização pretendida pode dar-se com o Estado mantendo distância da área educacional. A utilização do termo indústria é, ainda, sintomático; definida assim, a educação passa a fazer parte do mercado e deve obedecer às suas leis. Permanece o impasse em relação à sua universalização.

Tavares Bastos define a educação do povo como requisito para o ingresso do país na modernidade: sem ela, vivemos a degradação dos costumes e o apodrecimento da sociedade. O advento da modernidade significa, ainda, o reatar do *fio das grandes esperanças do século XVIII* rompido, no Brasil, pelo atraso e pelo fanatismo religioso (Bastos, 1937a:217). Temos então, no autor, uma retomada explícita do ideário iluminista criado no século XVIII, inclusive no que ele tem de anticlericalismo, vertente pouco estudada de seu pensamento.

O anti-clericalismo do autor é ressaltado por Vieira, que o define como paladino do protestantismo e ardoroso defensor das causas protestantes, a ponto da primeira edição das Cartas do solitário ter sido financiada por um protestante húngaro residente no país (Vieira, 1980:95-7). Crítico do catolicismo, Tavares Bastos termina vendo-se obrigado a fazer uma profissão de fé católica, mas mantém-se crítico intransigente do padroado, embora, ao mesmo tempo, recuse à Igreja o direito de reclamar da intervenção da Coroa em seus negócios enquanto o mesmo padroado for mantido (Bastos, 1938:103).

A separação entre Igreja e Estado proposta pelo autor, finalmente, se tira da primeira o subsídio estatal que caracterizou o padroado não retira, ao segundo, o direito de intervir na Igreja, por exemplo, na questão dos seminários, definidos pelo autor como *verdadeiros focos de fanatismo e materialismo* (Bastos, 1938:104).

O advento da modernidade deve servir, ainda, como antídoto às consequências nefastas da herança portuguesa. Tavares Bastos faz a crítica do colonialismo português; vê nele a indolência, a rapacidade, a ignorância, o fanatismo e o servilismo predominando sobre a indústria, a riqueza e a liberdade de espírito. Faz, neste sentido, uma crítica radical ao passado, e conclui: *Se alguma coisa explica o embrutecimento do Brasil até o começo do século presente, a geral depravação e bárbara aspereza de seus costumes, e, portanto, a ausência do que se chama espírito público e atividade empreendedora, é de certo o sistema colonial* (Bastos, 1939:30.1).

A crítica feita por Tavares Bastos à herança colonial alicerça-se no fato, salientado por Regina Duarte Horta que, passado e presente, para ele, formam um único bloco ao qual ele busca contrapor o futuro; um bloco no qual os males do presente mencionados em seu primeiro livro são a herança do passado vivenciada contemporaneamente. Como lembra Horta:

Tavares Bastos mostra aos leitores um presente desolador. A sua miséria reside, principalmente, no fato de que ele nem sequer se contrapõe ou

se diferencia do passado. O tempo presente é todo aquele decorrido entre a vitória do absolutismo em Portugal e o da escrita daquelas páginas. Não há distinções, mas um bloco compacto em que se acumulam momentos cronologicamente sucessivos (Horta, 1996:123).

A vinculação dos males do presente aos vícios do passado e sua fidelidade à herança iluminista fazem de Távares Bastos um crítico da tradição. Herdeiros de um passado colonial que ele considera um fardo a ser abandonado devemos, para ele, não cultuarmos e apegarmo-nos ao passado, mas livrarmo-nos dele. Isto porque *o passado instalou-se no presente, acompanha-o, excede-o, esconde-o, cobre-o, ele, uma sombra* (Bastos,1938:21). Esta mistura de crítica ao passado, defesa de interesses ligados às elites dominantes, busca sôfrega por uma modernidade identificada com a importação de bens, idéias e pessoas, e recusa a qualquer transformação revolucionária da sociedade faz com que Távares Bastos adote perspectivas que facilmente poderiam embaralhar-se, mas que terminam apontando, todas, para um mesmo projeto: a modernização conservadora da sociedade brasileira, que permita ao país integrar-se de forma subordinada ao processo de desenvolvimento capitalista, mas que não ameace o domínio político e econômico das elites.

A dicotomia entre Estado e iniciativa particular levada adiante pelo autor não correspondeu à uma separação de interesses entre a ação estatal e os interesses da classe senhorial. Pelo contrário, como acentua Mattos, *à progressiva centralização administrativa, no momento que consideramos, correspondeu, sem dúvida, quer a restauração dos monopólios, quer a expansão da classe senhorial, pondo em xeque aquelas explicações que, informadas por uma concepção dicotômica, insistem em opor o público ao privado* (Mattos, 1994:85). Desta forma, a centralização administrativa correspondeu à expansão desta classe. Seus interesses e a ação do poder público não são irreduzíveis, embora setores desta classe assim o considerassem e, devido a isto, abraçassem o republicanismo. Neste sentido, Tristão de Athayde vê na obra de Távares Bastos uma antecipação do pensamento republicano, o que o leva a concluir: *Távares Bastos não traduzia somente o sentimento de um partido, mas um pensamento latente de que todas as classes participavam. A hipertrofia do oficialismo e a inanição das forças reis do país começavam a revelar o artifício daquela imponente serenidade imperial* (Athayde,1990:216).

Tal interpretação não leva em conta, entretanto, o fato de Távares Bastos ter percebido a inexistência desta irreduzibilidade e sempre recusado a opção republicana. Sua defesa da descentralização foi,

basicamente, uma tentativa de dar maior liberdade de ação à setores específicos das elites agrárias.

Ele é, assim, um anti-tradicionalista cuja modernidade é ambígua ao não colocar em questão o domínio dos setores que fundamentam seu domínio nesta mesma tradição, e transforma-se a partir daí, nitidamente, em uma modernidade conservadora.

A ambiguidade de Tavares Bastos fica nítida quando ele trata do abolicionismo. O autor minimiza os riscos da abolição, e afirma: *Eu não acredito que a abolição seja acompanhada das desgraças irretratáveis que alguns figuram, se ela se verificar com prudência em qualquer parte do Império, ou em todo ele simultaneamente* (Bastos, 1937b:368). A prudência com a qual ele tempera seu abolicionismo, contudo, termina por anulá-lo na prática, e por converter o autor em sólido defensor dos interesses escravistas.

O ideário liberal estruturou-se, no Brasil, não para combater a escravidão, mas para condenar qualquer interferência estatal no que foi considerada esfera privada, ou seja, os direitos do senhor de escravos. Neste momento e neste sentido, o liberalismo pôde ser usado como esteio do antiabolicionismo, uma vez que *entendia-se como inadmissível uma ação coletiva detentora de alguma espécie de autorização para interferir em um modelo considerado como fundamentalmente doméstico* (Silva, 1999:224). Analisando a obra de Tavares Bastos no contexto desta convergência entre liberalismo e antiabolicionismo, Silva define-o, contudo, como um abolicionista que vê, como papel a ser desempenhado pelo Estado, a busca de um *fim derradeiro para a escravidão* (Silva, 1999:225).

Também Alfredo Bosi formula uma questão que termina por apontar para a mesma convergência assinalada por Silva: como o liberalismo pôde ser formulado como ideologia estruturante do Estado brasileiro a ser construído a partir do processo de independência, sem que tal escolha ideológica ferisse os interesses escravistas? Bosi formula a pergunta e busca a resposta:

A pergunta de fundo é então: o que pôde, estruturalmente, denotar o nome liberal, quando usado pela classe proprietária no período de formação do novo Estado?... Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação agrícola (Bosi, 1996:199.200).

Cria-se, contudo, nos últimos decênios do Império, o que Bosi chama de novo liberalismo e do qual Tavares Bastos seria, segundo ele,

eminente representante. E o autor busca situar, socialmente, este novo liberalismo: *Um pensamento liberal moderno, em tudo oposto ao pesado escravismo dos anos 40, pôde formular-se tanto entre políticos e intelectuais das cidades mais importantes, quanto junto a bacharéis egressos das famílias nordestinas que pouco ou nada podiam esperar do cativo em declínio* (Bosi, 1996:224).

Situando o deputado alagoano como representante deste novo liberalismo junto com outro autor, Bosi, assim como Silva, define-o, então, como abolicionista: *Tavares Bastos e Perdigão Malheiro, membros ativos do Instituto dos Advogados, forjaram as razões jurídicas de um discurso, forjaram as razões jurídicas de um discurso que rompia os laços com o conformismo agroescravista* (Bosi, 1996:235). Mas é precisamente a definição de Tavares Bastos como abolicionista que me parece problemática.

Manoel Bonfim, finalmente, atribui a postura ambígua de Tavares Bastos à sua própria condição de político, da raça, portanto, lembra ele, dos Olinda e Cotegipe. E conclui: *Eram esses que ligavam os destinos do Brasil à miséria da escravidão, e só podiam pensar assim, que nunca lhes passou pela consciência uma perspectiva humana mais digna. Por isso, político, mesmo convencido e sincero, Tavares Bastos esquivava-se da revolução, ao fazer a sua campanha...* (Bonfim, 1996: 385). Trata-se aqui, porém, de uma análise que termina por escamotear os fundamentos sociais da postura esquivada de Tavares Bastos, para usar a definição de Bonfim.

O abolicionismo de Tavares Bastos é gradual e moderado; invoca o pioneirismo de José Bonifácio contra o que chama de homem da rotina, incapaz de ver a atividade agrícola dissociada da escravidão, mas completa logo a seguir:

Digo com a maior franqueza e afianço aos homens da escola do regresso: eu já vejo sinais tão evidentes que não posso fechar os olhos às reformas lentas, graduais, que se hão de indubitavelmente promulgar acerca da propriedade do escravo. Acredito também que essas modificações elaboradas lentamente, a pouco e pouco, serão não só felizes, como nunca aterradoras (Bastos, 1977:298).

Como Tavares Bastos posiciona-se perante a escravidão? O autor define a escravidão como a mais grave questão do país, se não a única verdadeiramente grave, mas delimita precisamente tanto os limites de sua crítica à instituição, como os limites de seu abolicionismo: *Alguna coisa de policial, regulamentar, se pode decretar, sem tocar na base da instituição* (Bastos, 1977:271).

A modernização proposta pelo autor transige com a questão

escravista. Ele faz a crítica do sistema e, ao analisar a questão dos problemas fronteiriços com a Bolívia, por exemplo, faz a conexão entre tais problemas e a questão servil. Para ele, não faz sentido pedirmos à Bolívia a extradição de escravos que fugiram para um país livre, e conclui: *Nunca deveríamos ter manchado as mãos da nossa diplomacia, nem gasto e amesquinhado a nossa influência e o nosso poder em negociações francamente indecentes* (Martins, 1996:vol. III. 248).

A crítica à escravidão estende-se, porém, à crítica ao escravo, que passa a ser visto como um entrave ao desenvolvimento e à modernidade; mais um trambolho a ser removido que um indivíduo a ser libertado. Se o brasileiro torna-se um bárbaro a partir de seu analfabetismo e sua incultura, o escravo não torna-se um bárbaro: ele é um bárbaro a partir de sua própria condição. Para Tavares Bastos, *cada africano que se introduzia no Brasil, além de afugentar o imigrante europeu era, em vez de um obreiro do futuro, o instrumento cego, o embarço, o elemento de regresso das nossas indústrias. O seu papel no teatro da civilização era o mesmo do bárbaro devastador das florestas virgens* (Bastos, 1938:165).

A escravidão não tem futuro e o autor idealiza um futuro no qual o trabalho livre a substituirá, mas a idealização deste futuro não pode servir como alibi para *modificações aterradoras*, ou seja, que atentem contra os interesses imediatos dos senhores de escravos. Visualizar um futuro sem escravos e fazer o elogio do trabalho livre não implica em suprimi-la, e Tavares Bastos conclui logo a seguir: *Não se trata de suprimir essa propriedade; trata-se apenas de limitar o exercício dela por bem da moralidade futura* (Bastos, 1977:300).

O pretenso abolicionismo do autor transforma-se rapidamente em seu oposto, ou seja, na defesa do sistema a partir da manutenção de determinados princípios morais. Leilões comerciais e a praça judicial de escravos devem, por exemplo, ser suprimidos e retirados da vista do estrangeiro (atenta contra a nossa reputação de país civilizado) e do jovem (atenta contra a sua formação moral). Os argumentos, de certa forma, não dizem respeito à situação em si e ao escravo vítima da mesma. Critica-se o tratamento dado ao escravo, mas não pelo tratamento especificamente e sim por suas consequências para a imagem da nação e para a formação moral do homem branco. Tavares Bastos faz, finalmente, a crítica à *incessante e insaciável compra de escravos*, apoia a criação de *medidas relativas à taxa proporcional dos escravos existentes nas cidades, e a sua consequente retirada para o interior*, e conclui, tomando como exemplo as províncias do Norte: *Quanto menos escravos, maior tem sido a sua produção* (Bastos, 1977:302.4).

Todas as colocações feitas por Tavares Bastos e aqui reproduzidas são feitas no âmbito de um debate levado a cabo entre ele e um certo Sr. Manuel Joaquim, que surge como ferrenho defensor do escravismo ao qual Tavares Bastos termina por acenar com o fantasma da Guerra Civil Americana mas, posto assim, o debate soa enganoso. O que temos reproduzido nele são as diferenças de perspectivas entre dois defensores dos interesses dos senhores de escravos; um tendendo à intransigência e, o outro, buscando adaptar-se aos novos tempos.

Tavares Bastos critica a utilização de argumentos referentes à inferioridade racial do escravo pelos defensores do sistema, e afirma: *Os defensores da escravidão, que avilta e desmoraliza suas vítimas, apregoam-na como o meio mais eficaz de educar raças inferiores; e o termo deste bárbaro tirocínio é sempre procrastinado pela suposta insuficiência do período de provação, ainda que três vezes secular* (Bastos, 1938a:43). Mas termina utilizando os mesmos argumentos para sua apologia da imigração.

E a imigração é fundamental não apenas pelas qualidades do imigrante, ou pela inadiável ampliação do trabalho livre que ela acarretaria, mas pela diferença que separa o imigrante do escravo. Para o autor:

O homem livre, o homem branco, sobretudo, além de ser muito mais inteligente que o negro, que o africano boçal, tem o incentivo do salário que percebe, do proveito que tira do serviço, da fortuna enfim que pode acumular a bem de sua família. Há entre esses dois extremos, pois, o abismo que separa o homem do bruto. É fato que a ciência afirma de modo positivo (Bastos, 1938:160).

Tavares Bastos tem a capacidade de sintetizar o pensamento dominante de toda uma época e, no que tange à ideologia que orientou a política imigratória imperial, esta capacidade de síntese é exercida com rara precisão. Trata-se de:

a- criar um sistema de trabalho que permita, a longo prazo, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas que permita a manutenção da supremacia do homem branco, mesmo que este tenha que ser importado;

b- manter o negro em posição subordinada mesmo após sua libertação invocando-se, para tal, o abismo que o separa do trabalhador branco;

c- preparar, já, o caminho para a adoção das teorias raciais- definidas como *fato que a ciência afirma de modo positivo*- que justificariam a exclusão do negro quando já não houvessem mecanismos legais que a sustentassem.

A adoção de uma política imigratória não deve colocar em risco os interesses escravistas, e Tavares Bastos apressa-se em sublinhar a compatibilidade dos sistemas de trabalho. Para ele, *a imigração não é absolutamente incompatível com a escravidão. O Brasil, que tem escravos por toda a parte, vai lentamente atraindo alguns estrangeiros, na escala que já mencionamos. A imigração era, sim, incompatível com o tráfico de africanos* (Bastos, 1939:64).

Busca-se criar, nas cidades, um espaço para a civilização a ser ocupado pelo imigrante e mantido livre da presença de negros, e busca-se, finalmente, garantir uma reserva de mão-de-obra escrava para a agricultura. Desta forma, deveria ser criada uma legislação que restringisse a posse de escravos pelo habitante das cidades, limitando-os ao trabalho doméstico, enquanto a posse destes pelo senhor rural permaneceria inalterada (Bastos, 1939:66).

Tavares Bastos aborda, ainda, a questão da imigração chinesa, muito discutida no período, e defende-a, apesar de ressaltar os *defeitos e vícios geralmente conhecidos* dos orientais. Isto porque *sua superioridade como agricultores no campo é incontestável; sua sobriedade, perseverança e aptidão para o comércio são conhecidas; sua infatigabilidade é atestada nas minas da Califórnia, nas plantações de Java, em várias colônias européias* (Bastos, 1939:105). Da lista de críticas e elogios feitas pelo autor depreende-se o papel a ser desempenhado pelo chinês na política imigratória proposta: o de sucedâneo do *infatigável* negro, em uma distribuição de papéis onde a função de civilizador cabe ao imigrante branco.

Mas se a escravidão não é empecilho para imigração, o que então a impede ? É a precariedade de um *ethos* capitalista cuja consolidação é impedida, no Brasil, pela ação estatal (uma conclusão de onde a escravidão é cuidadosamente escamoteada). Para Tavares Bastos, *o que estimula a imigração é a preferência de trabalhos e lucros. Acaso no Brasil há preferência de trabalhos e lucros ?* (Bastos, 1977:260).

Outro tópico de fundamental importância na obra do autor é a questão federativa. Carvalho define o projeto de descentralização política proposto por ele:

Tavares Bastos desconfiava só do poder central como ameaça à liberdade. Todo o segredo estava em reduzir sua força e seu alcance. A chave da liberdade estava na autonomia local. Mais ainda: a autonomia deveria ser alcançada por meio da autonomia local. O estado central não podia ser instrumento de liberdade, os poderes centrais não podiam ser inimigos da liberdade (Carvalho, 1999:178).

Tavares Bastos vê no sistema de governo adotado pelos Estados Unidos o governo do futuro e o define: *Uma descentralização completa, combinada com a intervenção constante da soberania popular, eis os traço principais do seu sistema político* (Bastos, 1937:65). Os Estados Unidos fornecem, assim, o modelo para a descentralização política, mas Tavares Bastos busca conciliar seu americanismo e seu monarquismo, e afirma: *Eu também sou monarquista, meu amigo, e julgo esse elemento de governo tão necessário ao Brasil como à República é perfeitamente adequada à constituição social, às idéias e às tradições da América do Norte* (Bastos, 1938:416).

Isto porque, apesar de crítico sistemático do Império em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, o conservadorismo de Tavares Bastos e sua adesão a setores identificados com a sorte do Império, porém, o impedem de aceitar a opção republicana. Para ele, *o segundo dia da República havia de ser o primeiro da anarquia e a véspera da exaltação de um caudilho* (Bastos, 1939:46).

A descentralização proposta por Tavares Bastos inclui o Exército, passa pela criação de guardas policiais municipais e provinciais adequadas às demandas específicas e encarregadas de promover a defesa, e passa pela crítica à Guarda Nacional, definida como um sonho da democracia moderna que trouxe apenas decepções. O Exército deveria, no sistema proposto, manter-se alheio às tarefas de policiamento e deveria, também, manter-se como uma instituição apolítica, distante da prática eleitoral na qual ele surge, segundo o autor, como um instrumento de intimidação. Tavares Bastos intui, de certa forma, o papel que as Forças Armadas viriam a exercer na política brasileira, e conclui: *Preserve-se o Exército de corromper-se na polícia local, preserve-se também o voto da intimidação das baionetas* (Bastos, 1937a:184).

A própria centralização política tem na hierarquia militar, segundo o autor, seu tipo e seu ideal e, dentro desta hierarquia, ela necessita de *um número ilimitado de agentes, organizados com a hierarquia militar, que é seu tipo e seu ideal. Então se cria um país oficial diferente do país real em sentimentos, em opiniões, em interesses* (Bastos, 1937:22). O antimilitarismo tão claramente perceptível na obra de Tavares Bastos confunde-se, assim, com sua crítica à centralização política. A federação proposta por ele foge ao tipo de organização personificada pelo Exército, centralizada e burocrática, incapaz de amoldar-se às diversidades regionais que compõem o país: pressupõe uma uniformidade que Bastos considera inviável por ser meramente oficial e artificial. E ele conclui: *Eis aí porque, ainda quando não a condenasse a triste experiência dos povos, a centralização seria no Brasil um fato*

meramente oficial, sem base nas supostas relações da vastíssima circunferência do Estado com o centro improvisado pela lei (Bastos, 1937:35).

A alternativa proposta por ele à centralização política na qual os administradores das diferentes províncias são todos nomeados pelo poder central é a eleição direta destes mesmos administradores pelas próprias províncias. O modelo político proposto pelo autor- federativo e descentralizado- tem na eleição direta sua pedra de toque; sua fórmula mágica para resolver os problemas provenientes da centralização, e teria uma função, ainda, que iria além de sua função meramente política: *a eleição do presidente pelo povo estimularia o caráter nacional* (Bastos, 1937:134).

Se as eleições diretas surgem como um instrumento de fortalecimento, se não de criação da identidade nacional, a centralização funciona ao contrário, impedindo a transformação do brasileiro em um agente social capaz de ação autônoma. Na dicotomia Estado X Sociedade tão presente na cultura brasileira, Tavares Bastos responsabiliza a ação estatal, centralizada e sufocante, de impedir a sociedade de organizar-se de forma autônoma e consistente, colocando-se na posição oposta, por exemplo, à que Oliveira Viana ocuparia décadas depois. Para o autor, *o vício orgânico dos homens neste país, vós o sabeis, é a ausência de autonomia. O brasileiro não se sente independente e livre, não se dispões a vagar nos mares da vida contando só com a sina da sua estrela e os ventos da sua fortuna, não resolve caminhar senão apoiado em algum braço protetor* (Bastos, 1938:36).

Tavares Bastos , segundo Sérgio Buarque, pertencia ao que seria chamada, hoje, de ala esquerda do Partido Liberal (Holanda, 1972:71). Desta posição, ele busca situar e precisar sua crítica à política e à administração imperial: não se trata de criticar este ou aquele indivíduo, este ou aquele partido, e mesmo a crítica do ao sistema político vigente durante o Império centra-se na inexistência, segundo ele, de partidos políticos organizados: *Sim, já assistimos á morte dos partidos: o que hoje resta são pequenos grupos ligados pelas recordações da antiga obediência e pela mútua lealdade* (Bastos, 1939:35).

A crítica se dirige ao próprio princípio político que norteia todo o Império: *A onipotência do Estado, e no Estado a máquina central, e nestas máquina certas e determinadas rodas que imprimem movimento ao grande todo* (Bastos, 1938:29). Ao fazer isto, sua crítica ganha em amplitude e radicalismo, extrapola a atividade política cotidiana e mira o próprio núcleo do sistema político vigente: é este que deve ser radicalmente transformado. Ao mesmo tempo, o radicalismo do autor transforma-se, torna-se transigente e conciliador quando outra estrutura básica do Império- a escravidão- é enfocada.

Politicamente radical, Tavares Bastos torna-se subitamente moderado quando os interesses escravistas entram em cena: seu radicalismo encontra, aqui, seus limites.

Lúcia Miguel Pereira situa, ainda, a defesa da descentralização levada a cabo pelo autor em um contexto mais amplo no qual os intelectuais do período passam a valorizar a diversidade nacional, encontrando-a além da Corte, e escrevendo fora dela; no Norte, por exemplo, de onde viriam Tobias Barreto, Sílvio Romero e Franklin Távora. Segundo ela, *ao mesmo tempo em que Tavares Bastos reclamava a descentralização administrativa- A Província foi publicada em 1870- pendiam os escritores para a descentralização intelectual, patenteando mais uma vez a unidade fundamental de todas as manifestações da vida de um país* (Pereira, 1950:34).

Liberdade e centralização, para Tavares Bastos, opõem-se, e ele constrói, a partir desta oposição, um ideal político-social no qual indivíduos e comunidades decidem seu destino como que à margem do poder central e, aqui, o ideal do autor é como que a transposição, para o Brasil, da descrição que Tocqueville faz do processo político norte-americano.. Se, para este, *atribui-se grande parte das misérias em que se acham mergulhados os novos Estados da América do Sul ao fato de terem querido implantar grandes repúblicas, em lugar de fracionar a soberania* (Tocqueville, 1977:127), para Tavares Bastos este fracionar a soberania torna-se o pressuposto da liberdade política. Para ele, *com efeito, nada mais oposto à liberdade, que não é senão o self-government para cada indivíduo, cada família, cada comuna e cada província, do que essa supremacia intolerável do poder central. O povo que compreende a verdadeira liberdade, aspira necessariamente a gozar da descentralização mais lata* (Bastos, 1938:43).

Tavares Bastos situa a origem do liberalismo brasileiro no fim do reinado de Pedro I, e define tal liberalismo como herdeiro dos ideais liberais então vigentes, que ele sintetiza em democratização das instituições e crítica à centralização. Desta forma, ele pergunta: *O que somos nós hoje? somos os vassalos do governo da centralização* (Bastos, 1937:113). E alicerça sua crítica em uma citação de Tocqueville, referencial teórico fundamental do autor (e também, lembremos, de Sarmiento).

Uma referência, enfim, reconhecida por Resende de Carvalho, que menciona a explícita influência de Tocqueville no modelo de organização política e social proposta pelo autor(Carvalho, 1998:179) e, de fato, tal influência é marcante e fundamental para a compreensão de seu pensamento ou, ainda segundo a autora, para o que ela chama de *liberalismo social* compartilhado por ele e André Rebouças (Carvalho, 1998:132).

E chegamos à contradição final que fundamenta o liberalismo de Tavares Bastos e permaneceria ao longo da trajetória do liberalismo brasileiro: defende-se a criação de um sistema eleitoral no qual a participação do povo é vista com profunda desconfiança. O liberalismo político do autor apresenta, concluindo, uma lógica excludente que Graham soube salientar:

Outro defensor persistente de mudança eleitoral foi Aureliano Cândido Tavares Bastos...Em 1873, ele publicou um panfleto veemente no qual denunciava o papel "em nossas eleições [das] classes mais rudes da população, essas hordas barbarizadas que se desvivem no vício e no crime". Convocava então tanto os fazendeiros quanto as classes urbanas, alegando- com uma espantosa perversão de raciocínio- que o sistema vigente tornava os pobres preguiçosos e com má vontade para trabalhar: "Esse direito de voto...os mantém no ócio e na dependência dos ricos ou dos poderosos". Em poucos anos, os próprios fazendeiros diriam coisas muito parecidas (Graham, 1997:249).

A crítica à intervenção estatal na economia deriva da crítica à centralização, e retomo e concluo este tópico com a crítica do autor à intervenção estatal na indústria, que ele chama de *invasões do Estado na república da indústria* (Bastos, 1938:46). A crítica à qualquer tipo de proteção oficial à indústria deriva, evidentemente, do agrarismo do autor já que, a partir desta perspectiva, qualquer tipo de proteção à uma indústria cuja própria existência é necessariamente artificial e contrária à própria vocação nacional perde, evidentemente, qualquer sentido. A proteção à indústria via taxação de produtos importados também gera, como consequência, a manutenção de indústrias cuja existência é meramente artificial e que sobrevivem apenas graças à estas taxas, o que cria, segundo ele, um paradoxo: *As indústrias protegidas desaparecem ou definham, mas as taxas perduram* (Bastos, 1938:48). É, enfim, uma idéia que estrutura toda a doutrina econômica do autor, e que ele sintetiza desta forma: *Se a concorrência excita e faz prosperar, o privilégio paralisa e faz morrer* (Bastos, 1938:263).

A crítica de Tavares Bastos ao monopólio têm, ainda, um caráter mais amplo: não é apenas a economia brasileira que deve ser isenta de barreiras ao estrangeiro; é todo o país que precisa do estrangeiro. Sua internacionalização é o passaporte para o embarque na modernidade, e qualquer entrave à este processo torna-se, necessariamente, um entrave à modernização. Para o autor, *há necessidade indeclinável de introduzir ar livre, ar estrangeiro, ar da Europa e da América do Norte, por todos os poros do corpo deste grande Império. Nada de monopólios* (Bastos, 1938:311).

A crítica ao monopólio, em Tavares Bastos, visa a um objetivo concreto que é liberar a navegação fluvial e de cabotagem brasileiras às outras nações, abertura que ele postula indispensável, seja pela virtual inexistência de uma indústria naval brasileira, seja pela incompatibilidade entre a identidade nacional e as atividades náuticas, já que não somos um povo de navegantes. A solução, segundo ele, seria a adoção do artigo primeiro do congresso de Lima, que ele mesmo menciona: *Os Estados contratantes obrigam-se a manter abertos ao comércio do mundo seus portos, rios e mercados, mediante as leis e regulamentos de cada Estado, ao amparo do direito das gentes* (Bastos, 1937b:47).

O próprio incentivo à imigração- central para o desenvolvimento do país, segundo o autor- deveria ser descentralizado, mantendo-se o governo imperial engajado na sua promoção, mas tomando-se *como regra que cada província é mais idônea que a administração central para promover, introduzir e auxiliar o estabelecimento de imigrantes* (Bastos, 1937a:275). Também aqui, a solução, para ele, passa pela província.

Temos assim, em Tavares Bastos, um representante clássico e lúcido do liberalismo imperial. Sua obra- à parte sua importância e valor intrínsecos- torna-se significativa como síntese e encarnação dos impasses e limitações deste liberalismo, mas ganha em importância, também, à medida que- homem de seu tempo- Tavares Bastos soube compreendê-lo e criticá-lo a partir de uma perspectiva parcial e datada como toda perspectiva, mas lúcida e penetrante como poucas em sua época.

Referências Bibliográficas

- ATHAYDE, Tristão de (1990) Política e letras. In CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) *À margem da história da República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- BASTOS, Tavares (1937a). *A província: estudos sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo: Nacional.
- _____. (1937b). *O Valle do Amazonas*. São Paulo: Nacional.
- _____. (1938). *Cartas do solitário*. São Paulo: Nacional.
- _____. (1939). *Os males do presente e esperança do futuro (estudos brasileiros)*. São Paulo: Nacional.
- _____. (1977). *Discursos parlamentares*. Brasília: Senado Federal.
- BEIGUELMAN, Paula (1976). *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira.
- BONFIM, Manoel (1996). *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: TopBooks.

- BOSI, Alfredo (1996). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CALDEIRA, Jorge (1996). *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo de (1999). *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- CARVALHO, Maria Alice Resende de (1998). *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM.
- DONGHI, Tulio Halperin (1958). Sarmiento In SARMIENTO, Domingos Faustino. *Campaña en el Ejército Grande*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GRAHAM, Richard (1973). *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1972). Do Império à República in HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Vol. V. São Paulo: DIFEL.
- HALE, Charles A. (1996). Political ideas in Latin America (1870-1930) in BETHEL, Leslie (ed.). *Ideas and ideology in twentieth century latin America* New York: Cambridge University Press.
- HORTA, Regina Duarte (1996). História, verdade e identidade nacional: quatro panfletos do Segundo Reinado, *Locus*, Juiz de Fora. Vol. 2, Num. 2.
- IGLÉSIAS, Francisco (1976) Vida política, 1848-1866 in HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Vol. III- São Paulo- DIFEL.
- MAGIS, Maria Elena Rodríguez de (1993) LatinoAmérica en la conciencia argentina in ZEA, Leopoldo. *Fuentes de la cultura latino-americana*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- MARTINI, Gerald. (2001) A literatura, a música e a arte na América Latina da Independência a 1870 in BETHEL, Leslie (ed.) *História da América Latina: da Independência até 1870*. Volume III. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão.
- MARTINS, Wilson (1996). *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (1994). *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access.
- MITRE, Antônio & QUINTANEIRO, Tânia (1987). Viagem conturbada por um rio tranquilo: conflitos diplomáticos em torno da navegação do Amazonas no século XIX, *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n. 4.

MORAES FILHO, Evaristo de (1980). Jorge Street, o bom patrão. In STREET, Jorge. *Idéias sociais*, MORAES, FILHO, Evaristo (Org.) Brasília/Rio de Janeiro- Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa

PEREIRA, Lúcia Miguel (1950) *Prosa de ficção*, Rio de Janeiro: José Olympio.

SARMIENTO, Domingos Faustino (1938). *Facundo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

_____ (1952). *Civilización y barbarie: trilogia de Quiroga- Aldao- El Chacho*. Buenos Aires: El Ateneo.

_____ (1983). *Textos escolhidos*. (Org. León Pomer). São Paulo: Ática.

SILVA, Antônio Marcelo Jackson F. da (1999) Tavares Bastos: entre o realismo utópico e o romantismo político. In: PRADO, Maria Emília (Org.) *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1977). *A democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.

VIANNA, Luis Werneck (1993). Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos in BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de (Org.) *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da UNICAMP

VIEIRA, David Gueiros (1980). *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

